

Cardoso desmente Vieira

Supermercados apóiam mudança na área cambial

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Arthur Sendas, defendeu ontem a adoção de uma âncora cambial como forma de combater a inflação. Segundo o empresário — que participou da reunião do Conselho Monetário Nacional — o ministro Fernando Henrique Cardoso não confirmou a utilização de um redutor de preços e tarifas públicas.

O empresário explicou que o setor de supermercados não tem condições de fazer com que os segmentos cumpram um acordo com o Governo prevendo o redutor de preços. Segundo ele, essa idéia já foi estudada na época do ex-ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, mas não deu certo.

Sobre a âncora cambial, o empresário disse que as reservas internacionais do País estão altas e podem ser usadas em parte, para diminuir a inflação. De qualquer forma, ele espera que o Governo tome primeiro a medida de eliminar o déficit público.

Estoques — Arthur Sendas afirmou que os supermercados não estão retendo estoques. “Não há condições para isto, com as faixas em torno de 35 a 38 por cento”, explicou. O redutor funcionaria a exemplo do que vem sendo praticado em relação aos salários, sendo reajustados com base no percentual de inflação do mês passado que pode superar os primeiros dez pontos percentuais do índice.

Juro sobe — O mercado financeiro estima uma elevação do juro real da economia de 1,20 por cento, até segunda-feira passada, para um patamar de 1,75 por cento ao mês. Essa aposta está expressa na comparação entre as previsões de inflação e juros para setembro nos negócios realizados ontem no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). O pregão de ontem mostrou que o contrato que mede a estimativa de inflação estimada pelo IGP-M da FGV para setembro indica 35,69 por cento, contra uma taxa de juros de 37,44 por cento no mercado de DI (futuro de juros).

A adoção de um redutor para os preços e tarifas públicas é uma negociação com o setor privado é uma proposta do ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira e não está em discussão na equipe econômica. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não desmentiu o colega de Ministério por uma questão de cortesia, mas disse a Andrade Vieira que a proposta foi inoportuna e tumultuou o mercado. “Essa história de redutor gerou muita confusão”, admitiu um auxiliar do ministro Cardoso. “Ninguém no Ministério estuda esta proposta, que é uma idéia do ministro Vieira”, insistiu o assessor.

O ministro Cardoso à frente do Ministério da Fazenda está começando a perceber e ter certeza de que as especulações são sempre muito fortes. “Se anuncia uma medida ou não, isso não interessa. O mercado quer especular para alguém ganhar dinheiro e outros perderem”, admitiam ontem os assessores, ainda assustados com a velocidade em que uma informação do Ministério da

Fazenda afeta o mercado financeiro. A proposta de Vieira, segundo a equipe econômica, foi mais um “ruído” que o ministro da Fazenda “teve que operar”. Vieira e Cardoso se reuniram com o presidente Itamar Franco, mas as assessorias dos dois ministros minimizaram a conversa.

O próprio ministro Andrade Vieira confirmou, depois, que só conversaram sobre café. Segundo ele, se houve discussão sobre a proposta do redutor ela aconteceu entre o presidente Itamar Franco e o ministro Cardoso. “O Fernando Henrique continuou com o Presidente. Não sei sobre o que falaram”, comentou. O fato é que o ministro Vieira já não demonstrava tanto entusiasmo ontem ao comentar a proposta do redutor. “É uma proposta, uma idéia para se discutir. Só isso”, disse chegando até mesmo a atenuar e descaracterizar a proposta como uma decisão de Governo. Andrade Vieira reagiu, no entanto, aos comentários de que a proposta do redutor provocou novas especulações no mercado financeiro.

170 Petrobrás defende reajustes

São Paulo — O presidente da Petrobrás, Joel Mendes Renno, defendeu a manutenção de reajustes acima da inflação para os preços dos combustíveis e garantiu não ter recebido qualquer informação por parte do Governo sobre a aplicação de redutores nos aumentos tarifários a partir de outubro. Ao participar de seminário promovido pela Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná (ADTP), no Maksoud Hotel, Renno ressaltou os esforços que a empresa tem feito no sentido de reduzir custos. “Isso e mais a queda dos preços do petróleo no mercado internacional contribuíram para que a defasagem nos preços internos caísse nos últimos seis meses de 42 por cento para algo entre 20 por cento em relação à inflação. Esse continua sendo o nosso pleito”, comentou.

Segundo Renno, não cabe a ele decidir sobre aplicação de redutor nas tarifas. “Nós fazemos o trabalho técnico, elaboramos as planilhas de custos e apresentamos ao Governo as nossas necessidades. Cabe ao Governo dar a palavra final. E até agora temos encontrado a maior boa vontade

por parte do ministro Fernando Henrique Cardoso e toda a equipe do Ministério da Fazenda”, acrescentou. Entretanto, lembrou que a Petrobrás é responsável por um setor sensível e essencial à economia do País. Assim, deve continuar recebendo atenção especial.

“Já estamos produzindo praticamente metade do petróleo consumido pelo Brasil. Além disso, com o programa de gestão pela qualidade total iniciado há três anos, vamos economizar em conservação de energia de dez milhões a 12 milhões de dólares em 1993. Pode parecer pouco, mas é mais um dos mecanismos para aumentar a rentabilidade da empresa. Com o atual nível de inflação, não dá para deixar de repassar os custos para os preços finais ao consumidor”, justificou o presidente da Petrobrás. A respeito da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), determinando que as empresas paguem as perdas salariais, provocadas pelos planos Bresser e Verão, Renno disse que a Petrobrás cumprirá o que a lei determinar.

VANDERLEI POZZEMBOM

e nega redutor

CORREIO BRAZILIENSE